

**AMNISTIA  
INTERNACIONAL**  
PORTUGAL



# NOTÍCIAS

**15** Julho 2012  
Publicação Trimestral • Série VI • P.V.P €2



**DOSSIÊ**  
TRATADO DE COMÉRCIO DE ARMAS  
É URGENTE UM DOCUMENTO QUE NOS PROTEJA

## RETRATO

Alberto Estevez revela o que se passa nos bastidores das Nações Unidas

## ENTREVISTA

A investigadora Rita Santos fala de violência armada e da realidade portuguesa

# ENTREVISTA

## RITA SANTOS, INVESTIGADORA SOBRE VIOLÊNCIA ARMADA

### “Os fluxos ilegais de armas derivam da produção e do comércio legal”

Em 2010 saiu o primeiro estudo sobre violência armada em Portugal, realizado por uma equipa do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, da qual faz parte a investigadora Rita Santos. Especializada em relações internacionais, violência armada, desmilitarização, género e armas ligeiras, integra ainda o OGiVA-Observatório sobre Género e Violência Armada. Temáticas sobre as quais falou em entrevista ao *Notícias da Amnistia Internacional Portugal*.

Por Cátia Silva

**Amnistia Internacional (AI):** Quando se pensa em violência armada o mais fácil é associarmos a conflitos e guerras. **Esclareça-se:** as armas são também usadas em tempo de paz e, comparativamente, serão até mais usadas nessas alturas?

**Rita Santos (RS):** É verdade. Começando pelo início, estima-se que existam atualmente cerca de 650 milhões de armas de pequeno porte e ligeiras no mundo e dois terços delas estão nas mãos de civis. A população civil, além de ser a principal utilizadora destas armas, é também a principal vítima da violência que com elas é exercida. Globalmente registam-se todos os anos, em média, 500 mil homicídios e cerca de 40% deles são cometidos com armas de pequeno porte e ligeiras. E muito mais pessoas são feridas e afetadas psicologicamente por este tipo de violência. Neste momento as regiões do mundo mais atingidas são as Américas Latina, do Sul e Central, as Caraíbas e a África Subsariana.

**AI:** Países onde a violência armada está associada ao narcotráfico, correto?

**RS:** Está muito ligada a organizações de narcotráfico, mas também a outro tipo de crimes, ligados ao uso interpessoal das armas de fogo. Se globalmente há todos os anos cerca de 55.000 mortes que acontecem em cenários de conflito armado e de guerra, pelo menos entre 2004 e



Rita Santos durante a ante-estreia do documentário *Luto como Mãe*, em Coimbra.

2009, nesse mesmo período 48.000 pessoas morreram de forma violenta, com armas de fogo, no Brasil, um país que não está em guerra há muitos anos. É um contexto de paz formal que tem índices elevadíssimos de violência armada, que é perpetrada quer por civis, quer por agentes estatais, como acontece também em El Salvador, na Guatemala, Honduras, Venezuela, México e na Jamaica, sobretudo.

**AI:** Uma lista de países que faz lembrar o estudo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime que associa a maior criminalidade ao menor índice de desenvolvimento humano e económico. Concorda?

**RS:** Não necessariamente. Neste momento o Brasil é um país que está a crescer bastante e se analisarmos os seus municípios e estados, tem-se registado um maior crescimento da violência armada nas cidades do interior que mais têm crescido e que se têm urbanizado de forma mais acelerada. Em tudo o que tenho estudado percebo que não há relações unilaterais e lineares. A violência armada, seja na aceção criminal, seja na interpessoal, não se justifica por um fator apenas. Há uma correlação entre pobreza e violência, mas vai no sentido inverso ao que o senso comum enfatiza. A violência armada produz empobrecimento e violência, mas não acontece necessariamente o contrário. A título de exemplo, entre 2008 e 2010 uma parte

do nosso Núcleo esteve a trabalhar sobre violência urbana na Guiné-Bissau, dos países mais pobres do continente africano, e em Cabo Verde, um país modelo em termos de crescimento económico. O que as minhas colegas perceberam é que nos dois casos há ocorrências limitadas de violência armada, mas ainda assim Cabo Verde tem índices mais elevados que a Guiné-Bissau. Até porque há vários níveis que explicam a adoção de um comportamento violento, desde fatores económicos, estruturais, passando pelos sociais e culturais. Ligar isto a um só fator é impossível.

**“As histórias que recolhemos nas prisões de Coimbra e de Lisboa, de pessoas presas por homicídio, deram-se quase todas em contexto de violência familiar ou entre vizinhos”**

**AI: Nesse caso parece que a violência é algo que já está em algumas sociedades, pelos mais variados fatores, e depois só se transforma em armada se houver facilidade no acesso a armas?**

**RS:** Sim, mas mais uma vez a existência de muitas armas não significa que sejam utilizadas em maior número. O caso de Portugal demonstra isso, assim como um outro caso extremo, o da Suíça, que é dos países que tem maior número de armas em posse civil na Europa e que tem um uso muito limitado.

**AI: Isso significa que, para si, Portugal tem muitas armas? Em termos de posse de armas, o *Small Arms Survey* coloca Portugal em 55ª posição entre 178 países analisados...**

**RS:** Em termos de distribuição das armas estamos em pé de igualdade com países como a Alemanha, Inglaterra, Itália... E atrás de países como a Eslováquia, a Finlândia, França... Estamos num nível muito intermédio. A violência armada em Portugal não atinge proporções epidémicas, no entender da Organização Mundial de Saúde, que fixa valores epidémicos da violência nos 10 mortos por 100 mil habitantes – em Portugal estamos entre 2,1 óbitos (se pensarmos em homicídios, suicídios, entre outros) e 1,2 óbitos (só homicídios) por 100 mil habitantes. Mas eu estaria aqui horas a falar sobre os problemas de encontrar indicadores e sobre a análise dos dados, pois há uma

confusão total. Além disso, é muito importante perceber que isto não significa que a violência armada não exista em Portugal e que não deva ser motivo de preocupação, porque a violência compreende um espectro amplo de comportamentos, que vai muito para além das mortes. Não devemos, por exemplo, esquecer as histórias de pessoas que foram feridas com armas de fogo, as que testemunharam o seu uso e as que foram vítimas de ameaças.

**AI: Onde se sente mais a violência armada em Portugal?**

**RS:** Ela não está de todo circunscrita às zonas suburbanas, como nos parecem sugerir muitas vezes os relatos mais mediáticos sobre violência armada. As histórias que recolhemos nas prisões de Coimbra e de Lisboa, de pessoas presas por homicídio, deram-se quase todas em contexto de violência familiar ou entre vizinhos e, portanto, davam conta de uma utilização quase impulsiva das armas.

**AI: Nesse caso não deveriam ser as armas de caça as mais usadas em Portugal? Porque no estudo que o Núcleo realizou – “Violência e Armas Ligeiras: um retrato português” – estas são as mais frequentemente licenciadas, enquanto o revólver ou a pistola parecem ser as mais utilizadas.**

**RS:** Nos casos do uso ostentativo ou intimidatório das armas de fogo – em contexto de assaltos, tentativas de assalto, sequestro, extorsão – grande parte das armas que são utilizadas são curtas, sejam revólveres ou armas de caça modificadas para serem curtas. No contexto da violência familiar – em situações de violência doméstica ou de conflito entre vizinhos – normalmente são usadas armas de caça.

**AI: O estudo refere mesmo que é em contexto familiar ou entre vizinhos que as armas são mais utilizadas. E se assim é, a atual crise económica pouco ou nada terá alterado os níveis de violência armada?**

**RS:** A violência armada no sentido dos óbitos não tem aumentado, de facto. Tem até diminuído ligeiramente desde 2007. Na verdade, o problema é que os dados que estamos a analisar são de uma série

temporal de dez anos e precisaríamos de bastante mais para tirar algum tipo de conclusões. Porém, em termos mundiais também não se têm registado, desde 2004, grandes variações no número de mortos com armas de fogo.

**AI: Já no que diz respeito aos feridos, os dados apurados referem o dobro do número de mortos e baseiam-se apenas nos registos oficiais, o que pode significar que as armas são muitas vezes usadas sem serem disparadas, correto?**

**RS:** Exato. Esse é um ponto muito importante. Tanto no contexto mais organizado, como na violência familiar, a arma de fogo não precisa de ser disparada para ser violenta. Muitas vezes as pessoas que denunciam a violência doméstica dizem: nunca vi a arma, não sei se existe, mas ele diz que um dia levo um tiro. E 88% das mulheres diziam que se sentiam em perigo por isso. Um outro elemento que vai ao encontro do que estávamos a falar, é o que indica que 70% das vítimas referiu que os agressores tinham uma arma de caça. Algumas garantiam ainda que estas estavam legais.

**AI: Segundo o estudo de que é coautora só 54% das armas existentes em Portugal estão legais. É possível saber se é com elas, ou com as ilegais, que é mais fortemente perpetrada a violência armada?**

**RS:** Conseguimos apurar que as armas de fogo que foram utilizadas não resultando em morte estavam, na sua maioria, legais, mas em relação a homicídios não conseguimos apurar. Porque mais uma vez os dados que existiam – até àquele célebre apagão – não permitiam fazer esse tipo de extrapolação.

**“A arma de fogo não precisa de ser disparada para ser violenta”**

**AI: Apagão?**

**RS:** Sim. Foi uma semana antes da apresentação do nosso estudo, em maio de 2010. Os dados dos crimes com armas de fogo desapareceram do site do Ministério da Justiça, que veio dizer que tinha havido um erro informático que tinha contabilizado em dobro o número de crimes cometidos com arma de fogo num

ano específico. O que acontece é que esses dados nunca mais voltaram a estar disponíveis.

**AI: Há pouca transparência em Portugal no que diz respeito às armas?**

**RS:** Neste momento é difícil dizer que existe um controlo efetivo das armas legais em Portugal, porque não há divulgação de dados sobre armas legalizadas. O número com o qual trabalhamos é uma estimativa do Departamento de Armas e Explosivos da Polícia de Segurança Pública (PSP).

**AI: Mas se o licenciamento é feito não fica automaticamente registado?**

**RS:** Só desde 2008/2009 é que há um registo informático. Antes só havia registo em papel e supostamente estes registos estão a ser informatizados, desde 2008.

**AI: Mas o processo de licenciamento é exclusivamente feito pela PSP?**

**RS:** Sim.



A equipa responsável pelo estudo sobre a violência armada em Portugal: Tatiana Moura, José Manuel Pureza e Rita Santos.

**AI: E nesse processo há alguma análise da pessoa a quem se vai atribuir a licença de porte de arma?**

**RS:** O que a Lei de 2006 determina é que há etapas cumulativas que têm de ir sendo preenchidas. Para os candidatos às licenças de armas B1, revólveres, é preciso submeter um requerimento — se bem que as justificações para o requerimento são muito vagas: “por razões profissionais ou circunstâncias de defesa pessoal”. Depois é decidido caso a caso. Há muita margem de manobra e uma interpretação subjetiva que se tem de fazer da lei. Depois é necessária a frequência e aprovação de um curso de formação (para os candidatos a armas de caça já não é preciso, desde 2011, porque foram equiparados aos utilizadores de armas em contexto desportivo, bastando por

isso terem licença de caça). Falta depois comprovar o historial de idoneidade do candidato — e aqui a lei de 2009 foi muito importante porque introduziu a hipótese de não atribuição da licença (ou de apreensão) a quem tem historial de violência doméstica, condenados ou com alguma medida provisória. Por último, é preciso apresentar um certificado médico (normalmente do médico de família), que é uma das angústias dos profissionais de saúde, porque muitas vezes não lhes é dito por palavras que há uma situação de violência doméstica, mas percebem que existe. E ao negarem o certificado colocam a vítima num risco maior, porque estão a sugerir que lhes foi comunicada a violência doméstica.

**AI: Até porque mesmo que nesses casos apreendam a arma do agressor, este pode sempre comprar outra de forma ilegal e vingar-se...**

**RS:** Depois há essa questão. De facto há formas de ter acesso a armas de fogo de forma ilegal. E já nem me refiro a casos como os relatados numa reportagem da RTP, sobre um chamado “supermercado de armas”. As armas podem ser desviadas, ou roubadas. Podem ser vendidas sem intermediários, por donos de armas que já não precisam delas e vendem-nas inocentemente a outra pessoa. Há ainda a situação das armas transformadas, que se tornam ilegais por isso, das contrabandeadas de outros países e das que são herdadas e a situação de propriedade não é regularizada.

**AI: Em algumas das situações que refere percebe-se que as armas nem sempre são encaradas como um problema. Há alguns anos atrás era talvez frequente ter uma arma em casa?**

**RS:** Em zonas mais rurais sim, ter armas é muito comum porque estão associadas à caça e por razões culturais. E estas pessoas não percebem o risco. Achem que nunca poderiam utilizar mesmo que se exaltassem e que se houver um roubo a arma não vai ser roubada. Até porque há armas que são recordações, como as trazidas pelos antigos combatentes. No entanto, ao mesmo tempo que verificámos isto, quando tentámos fazer entrevistas a pessoas com as armas legais, com situação regularizada, foi sempre muito difícil falar sobre as armas. É um assunto tabu.

**“Seria importante ter dados conclusivos sobre a posse de armas de fogo em Portugal”**

**AI: No fundo isso parece indicar que têm noção dos riscos...**

**RS:** Há um relação muito ambivalente com as armas de fogo. Se por um lado acham que ao terem uma arma legal não vão ter qualquer tipo de problema — porque há essa associação: as armas ilegais matam e as legais não causam problemas —, ao mesmo tempo há uma dificuldade em falar sobre a utilização dessas armas, em mostrar onde as guardam, etc.

**AI: O mesmo acontece com os Estados, porque os dados relacionados com armas são quase tabu, mas ao não existirem não se consegue perceber tendências, nem onde é preciso atuar para prevenir a violência armada...**

**RS:** Seria muito importante ter dados conclusivos sobre a posse de armas de fogo em Portugal, até para as próprias forças de segurança. Conhecer o universo real deveria ser uma preocupação dessas unidades, senão não temos como orientar as políticas públicas de controlo de armas de fogo, não temos como identificar os canais e os mecanismos de desvio entre o mercado legal e o ilegal, por exemplo.

**AI: Um Tratado de Comércio de Armas como o que está a ser negociado, se for forte, poderia ajudar a este nível?**

**RS:** O que está em causa no Tratado é criar um regime internacional de regulação das transferências. É um passo importante porque vai estabelecer obrigações comuns que guiem os Estados no processo de decisão de importar, exportar ou autorizar o trânsito de armas. Até porque, ao contrário de outros produtos, no caso das armas estas são quase sempre produzidas legalmente. A produção ilegal e artesanal das armas é quase residual, portanto os fluxos ilegais de armas derivam da produção e do comércio legal. Se conseguirmos controlar um pouco melhor a parte legal, vamos conseguir controlar um pouco melhor o circuito ilegal das armas. ☪